

# DESCARRILHAMENTOS

## DERAILMENTS

Matheus Gomes Chemello<sup>1</sup>

### Resumo

A repetição dos eventos nos coloca em contato com o impasse daquilo que precisa criar outro modo para existir. A diferença se faz nessa repetição. A disputa pela rua no entorno da Estação Férrea, no bairro São Pelegrino, de Caxias do Sul, é a dobra pela qual tentamos abordar a prática da cidade. Para isso, relacionamos entre três momentos diferentes: (a) as práticas de extermínio levadas a cabo pelos bugreiros contra os indígenas que habitavam as matas da Serra Gaúcha; (b) a fundação do bairro que recebeu a estação e seu processo de especulação imobiliária; (c) e as disputas travadas na atualidade. A discussão é transpassada pelas práticas fascistas do passado, suas marcas e sua molecularização na forma do microfascismo na atualidade. Buscamos identificar as práticas de seleção e exclusão que constituíram a história da imigração italiana e foram atualizadas em novas formas na contemporaneidade. Para alcançar esse objetivo o estudo contempla a revisão historiográfica dos eventos anteriores e subsequentes à chegada dos imigrantes italianos no atual território de Caxias do Sul, bem como a investigação da atualidade retratada pelos veículos de comunicação e mídia locais que foram costurados pela discussão crítica fundamentada, especialmente, nos conceitos de microfascismo, micropolítica e macropolítica de Deleuze e Guattari e na análise sobre a sociedade de consumidores e seus processos de comidificação de Zygmunt Bauman.

Palavras-chave: microfascismo, repetição, ritornelo, baderna, Caxias do Sul.

### Abstract

*Event repetition leads to deadlock and pushes the situation to change and find another way to exist. Difference is made by this repetition. There is a dispute for the right to use the streets nearby the old Train Station in Caxias do Sul and from this territory we aim to discuss the city as practice. Thereunto we relate three different moments in the history of the city: (a) the process that took place before the arrival of Italian immigrants led by the "bugreiros", a death squad that was hired to murder the indigenous that lived at the forests of the mountain range; (b) the foundation of the district where was placed the train station and its real state speculation and; (c) the disputes currently taking place. The fascist practices of the past are compared to the new forms in which they were updated, by the molecularization in the form of microfascism. We aim to identify the practices of selection and exclusion that constituted the history of Italian immigration and were updated nowadays. In order to achieve this goal, the study includes a historiographical review of the events before and after the arrival of Italian immigrants in the current territory of Caxias do Sul, the investigation of the present portrayed by the local media. The events are stitched together by critical discussion based, especially, on concepts such as microfascism, micropolitics and macropolitics from Deleuze and Guattari and the analysis of consumer society and its comidification processes by Zygmunt Bauman.*

*Keywords: microfascism, repetition, ritornelo, riot, Caxias do Sul.*

<sup>1</sup> Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo na UCS-CARVI, arquiteto formado pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), mestre pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU-UFPEL) e doutorando no Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPAR-UFRGS).

### Introdução

A cidade funcional do modernismo, determinada por suas funções básicas, coloca-nos papéis em cada espaço: habitar, circular, trabalhar e recrear (ou brincar). A megalomania modernista quis organizar a cidade, colocar cada tipo de indivíduo em seu devido lugar. Como se o transitar, o deambular, não pudesse ser também brincadeira, precisasse de destino certo e planejado. O modelo da cidade funcional corbusiana não foi implantado na totalidade de seu desejo, mas persevera no subconsciente de cada arquiteto e urbanista. Organizar funções, determinar locais para cada ação e o tipo de corpo apropriado parece ser objeto de gozo para todos esses que tem acesso a esse poder. O mais interessante é que mesmo os arquitetos não têm acesso às decisões que definem as suas demandas: por mais que o planejamento urbano possa imaginar que pode determinar o quê e aonde será construído, os fluxos do capital são muito mais ligeiros e líquidos do que as mãos das instituições podem agarrar. Cabe aos arquitetos dar forma, representação, aos desejos agenciados pelas máquinas financeiras do mundo. E a cidade acaba sendo o campo dos conflitos e das frustrações de capitalistas, arquitetos e demais agentes do mercado: uma infinidade de comportamentos perturbam os seus objetivos, o bom funcionamento de seus projetos.

Nossa introdução busca chamar atenção, polemicamente, a um caso específico: a consolidação do bairro de São Pelegrino em Caxias do Sul – RS. O lugar engloba na sua história o apagamento dos povos originários e a confecção de uma história que esquece de parte de seus personagens. O território construído pelos imigrantes ignora a potência da terra na qual se funda. Invariavelmente, o ritornelo reclama territórios apagados, histórias esquecidas sob a terra. Um ritornelo, um movimento que produz um território por meio da expressão; a composição da significância, da subjetivação e a criação das linhas de fuga para construir outros territórios possíveis (DELEUZE; GUATTARI, 2012c). Esse ritornelo de territórios esquecidos a que nos referimos se repete sempre sob a mesma máscara de exclusão e buscando coibir os conflitos num tão suposto quanto imposto consenso. Na repetição dos conflitos, a máquina de seleção exclui e produz um inimigo: segmentariza os excluídos em baderneiros, desajustados, arruaceiros. Do outro lado se colocam os proprietários, os moradores, os empresários, a imprensa e os consumidores fazem funcionar a máquina da besteira e a opinião pública endurece seus segmentos, aciona a polícia. Queremos falar das disputas pelo direito a estar na rua e praticá-la, entendendo que a rua não é um simples anexo do privado. É o liso, o espaço da troca e onde os fluxos podem vazar, correr. Nossa discussão se coloca entre os "esfarrapados do mundo", a malta nômade que enfrenta o Estado em todas as suas representações e sujeitos, e os sujeitos que se restringem aos seus papéis sociais pré-determinados e, para isso, restringem aqueles que entendem que atuam fora do sujeito.

O bairro São Pelegrino, que engloba dentro de si o Complexo do Moinho da Estação e a antiga Estação Férrea da cidade, tem sido palco de conflitos sobre o direito de praticar as ruas. Desde a revitalização das imediações da Estação Férrea, ainda no início dos anos 2000, a paisagem da cidade se transformou abruptamente, sempre na tentativa de maximizar lucros e coibir transgressões. Entretanto, acreditamos que o bairro nega sua história e não aprende com ela ao reproduzir infinitamente as mesmas condições da sua fundação – um enredo diferente que sempre termina com o mesmo final.

Ao longo dessa escrita pretendemos contar como o bairro de São Pelegrino de hoje, principalmente o entorno da Estação Férrea, reproduz sua história de seleção e exclusão. Acreditamos que alguns aspectos da exclusão ganharam outras formas sobre as estratificações do território. O nosso itinerário parte do presente, das reações da população em relação às disputas travadas pelo espaço público. Em seguida

voltaremos ao período que antecede a chegada dos imigrantes italianos, quando os caingangues ainda habitavam a clareira em meio a mata onde veio a ser fundada Caxias do Sul. Nossa terceira parada se dá na construção da Estação Férrea e seu processo de ocupação e especulação, entre o final do século XIX num período que alcança, aproximadamente, a metade do século XX. Após a retrospectiva desses eventos de fundação, apresentaremos brevemente alguns aspectos da constituição sócio-cultural da cidade para, então, dirigirmo-nos para o final da nossa escrita.

Levamos em consideração documentos históricos, pesquisas historiográficas e reportagens jornalísticas como meio de apresentar o desdobramento dos eventos ao longo da história. Ajudam-nos nessa busca Loraine Giron (2017), Maria Abel Machado (2001), Silvio Coelho dos Santos (1978), Soraia Dornelles (2011) e outros historiadores locais. Os documentos acessados estão contidos no acervo do Arquivo Municipal João Spadari Adami. As bases teóricas sobre as quais fundamentamos nossa escrita são as noções de micropolítica, microfascismo, ritornelo, segmentaridade e território em Gilles Deleuze e Félix Guattari (2012b; 2012c; 2012d) e a discussão da sociedade de consumidores de Zygmunt Bauman (2008). Essa escrita deriva de uma produção junto ao minicurso Cronologia do Pensamento Urbanístico, ocorrido entre 2021 e 2022, em que fizeram parte grupos dos cursos de arquitetura e urbanismo de diversas universidades públicas do Brasil. A construção das nebulosas, junto ao grupo formado por estudantes dos programas de pós-graduação da UFRGS<sup>2</sup>, colocou-nos diante de uma história repleta de lacunas e apagamentos nos processos de urbanização e consolidação de cidades no Rio Grande do Sul. Os procedimentos metodológicos adotados, para esse caso específico que aqui é apresentado, foi da ordem do mapeamento dos eventos históricos, por meio de pesquisa historiográfica, que se serviu de fontes bibliográficas e dos acervos de arquivos históricos, de modo a identificar o obscurecimento de personagens e acontecimentos. Os pontos notáveis dessa história são os processos de extermínio da população indígena e sua relação com a chegada dos imigrantes europeus no estado do Rio Grande do Sul, o início da ocupação do território da Serra Gaúcha pelos imigrantes italianos, sua formação social, de 1875 até a proximidade da década de 1940 (quando são coibidas as propagandas fascistas no Brasil), e a história recente pela análise da opinião pública por meio dos veículos de mídia e comunicação locais. Fazem parte do conjunto de fontes as publicações do jornal local *O Pioneiro* e dos veículos de comunicação do poder público entre os anos de 2001 (início do processo de tombamento, restauro da Estação Férrea e revitalização urbanística do sítio histórico) até a atualidade. A costura dos eventos, dado o embaralhamento entre o passado e o presente, é feita por meio da crítica fundamentada nos autores anteriormente citados.

Nossa proposta é, num primeiro momento, demonstrar esses eventos da atualidade, por meio das manchetes de jornal e ações da sociedade civil organizada para definir o uso para o espaço público, sob a lente que nos é dada pelos conflitos ocorridos na região. Após apresentar a atualidade, faremos uma viagem no tempo até os primórdios da colonização italiana no RS, passando pela de Caxias do Sul e pela configuração do bairro de São Pelegrino a partir da Estação Férrea. Essa retrospectiva pretende demonstrar que as articulações anteriores falam de uma macropolítica que sempre interagiu diretamente com as políticas do desejo reativas aqui encontradas. Ora atuando pelo extermínio do diferente que aqui já existia e que privilegiava os imigrantes na ocupação do território, ora com o ressentimento para com esse mesmo antigo aliado. No ressentimento, o sentimento de abandono dos colonos da Serra Gaúcha agenciado com o desejo pelo exercício de poder, fez com que células fascistas,

<sup>2</sup> PROPUR (Programa de Pós-graduação em Arquitetura) e PROPAR (Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional).



imigrantes tutelados pelo Estado fascista italiano, fossem radicados e promovessem a propaganda nas colônias. A relação entre o princípio e o fim dessa história nos encoraja a arriscar que, no fundo, ainda somos e vivemos como nossos pais.

### Trilhos sem trem

Hoje a Estação Férrea, como foi ou é chamada pelos seus frequentadores, tornou-se no início dos anos 2000, um local destinado à vida noturna. O entorno da estação, no bairro de São Pelegrino, consiste num grande complexo industrial desativado desde o encerramento das atividades ferroviárias em 1978 – quando, em setembro, fez-se o último transporte de passageiros. O Brasil estava em plena ditadura militar e, por determinação do plano nacional, os modais de transporte ferroviário foram substituídos pelos rodoviários. Longe de prejudicar Caxias do Sul, a cidade foi contemplada com a passagem da BR-116. A rodovia foi determinante para o escoamento da produção fabril para o Sul do estado e também para o Sudeste do Brasil.

Porém, ainda restavam os pavilhões desativados das indústrias vinícolas, tanoeiras, antigos moinhos e outras atividades que ocuparam o bairro de São Pelegrino desde seu princípio. Na década de 1990 os trens de carga não mais chegaram à cidade e os pavilhões industriais entraram em declínio e, por ajustes do plano diretor, acabaram plenamente desativados. A mudança inicia, especificamente, entre 2001 e 2007, anos do tombamento e, respectivamente, da finalização do processo de restauro. Junto ao equipamento público, um complexo industrial desativado, o antigo Moinho Sul Riograndense, foi transformado em centro de serviços e comércio. O agenciamento entre o poder público (por meio do IPHAE e do poder público municipal) e da iniciativa privada (por meio do complexo Moinho da Estação) transformaram a paisagem

Figura 1 - De cima para baixo: (a) visita do prefeito e dos técnicos ao edifício da Estação Férrea, em 1995 (já desativado); (b) cerimônia de tombamento do sítio ferroviário, em 2001; (c) início dos levantamentos para o processo de revitalização, em 2001. Fonte: Arquivo Municipal João Spadari Adami.



urbana profundamente (figura 1). O local esvaziado das atividades fabris passou a receber diversos serviços que eram prestados no complexo de negócios dos quais se destacavam os bares e restaurantes voltados a eventos noturnos.

O entorno da Estação e o bairro de São Pelegrino passaram por um processo feroz de especulação imobiliária no período. Nos desdobramentos da especulação, uma antiga estrutura abandonada, que seria um *shopping center*, foi terminada e destinada enquanto tal nos idos de 2010. A forte ênfase no consumo fez com que a região passasse a ser disputada por diferentes grupos. Em 2013, o evento dos rolezinhos e a já insustentável segregação social promovida pelos bares e estabelecimentos noturnos suscitaram um tipo de temor na sociedade caxiense, em especial nos frequentadores e moradores do bairro. O temor, sobretudo, era em relação ao pobre, esse grupo-indivíduo produzido à revelia no Brasil e que apenas quer poder ter os mesmos direitos daqueles que podem desfrutar da cidade – a bem dizer, dos espaços públicos e privados.

Enquanto os bem-nascidos se sentavam confortavelmente nos deques devidamente cercados dos bares nos quais eram servidos, os menos afortunados se sentavam nos porta-malas dos carros ou em meios-fios e serviam a si mesmos daquilo que traziam nos isopores. Essa diferença incomodava aos bares, tematizados, como é de costume ao capitalismo mundial integrado, que na sua ânsia pela seleção busca especializar ao máximo seus serviços para igualmente selecionar ao máximo sua clientela. São bares especializados em tipo de bebida ou comida, em tipos de música e, principalmente, em tipos de gente. Os argumentos em favor da ordem e da vigilância se fizeram cada vez mais visíveis na opinião pública, que é proferida pelos jornais locais. Empresários da área, frequentadores e a sociedade “de bem” buscavam soluções para o conflito, sem perceber que a resolução estava muito longe da vigilância: a disputa era estrutural e, apesar de toda negação, existencial – já que esses jovens que não possuíam as credenciais e os créditos para entrar nas festas apenas desejam existir na cidade. O que se trava enquanto disputa é sobre aqueles que podem e aqueles que não podem utilizar o espaço.

Na Câmara de Vereadores os políticos locais buscavam soluções para o impasse. Da mesma maneira, o poder público de maneira geral. Os vereadores acreditavam, alguns poucos, nas melhores das intenções, que o local deveria proporcionar alternativas de entretenimento para todas as classes sociais. Porém, parecia que o problema não era necessariamente a falta de alternativas, antes a indisposição dos frequentadores dos espaços privados e, principalmente, de seus proprietários, em perceber a presença daqueles que consideravam menos humanos justo ali, diante de si.

Os argumentos dos incomodados logo se fizeram moralistas: o movimento daqueles que estavam no espaço público e não consumiam nos bares (não pagavam seus *couvers* e seus serviços) perturbavam aqueles que queriam desfrutar do espaço e dos serviços, desincentivavam a instalação de novos empreendedores na região, prejudicava a relação entre frequentadores, comércio e moradores e, por último, e uma das mais sintomáticas queixas possíveis, o consumo de álcool por menores (figura 02). Falamos, portanto, daquilo que Suely Rolnik (2018) entende como a micropolítica que usa a moral como bússola. A micropolítica do desejo, quando submetida ao inconsciente colonial-cafetinístico acaba por bloquear toda e qualquer experiência fora do sujeito. O estranho passa a ser uma ameaça e a suposta totalidade passa a ser organizada segundo uma repartição de elementos fixos que também, fixamente, devem estar restritos a lugares específicos. A presença desse outro se transforma na angústia vivenciada pelo sujeito, já que o único mundo possível, nesse certame, é aquele que preserva a integridade e as relações segmentarizadas. Embora o consumo de álcool seja proibido para menores de idade, seria interessante descobrir quantos dos frequentadores desse tão seletivo espaço passaram a consumir bebidas alcoólicas



Figura 2 - Série de manchetes de jornal que demonstram a opinião pública a respeito do uso do espaço público e privado no entorno da Estação Férrea. Fonte: Montagem composta pelo autor por capturas de tela das manchetes de jornal, 2018-2020.

após os dezoito anos... o argumento, antes de expor um problema de saúde pública, coloca em perspectiva aqueles que podem e aqueles que não podem transgredir as leis. Outra existência que incomodava aos empreendedores já estabelecidos era o fato do estacionamento ainda ser possível em frente a seus bares. Dessa maneira, sob o pretexto de que se quer proteger o patrimônio ou uma cidade transitável a pé, caminhável, nos neologismos arquitetônicos e urbanísticos, solicitou-se também a proibição do estacionamento em frente aos bares – que não aconteceu, mas estava na pauta<sup>3</sup>. E para todo o caso, o mais importante: o apoio da polícia para coibir, proibir e reprimir qualquer utilização do espaço público que vá contra os interesses privados.

As medidas foram tomadas com vistas a esvaziar as ruas daquilo que os empresários consideravam menos humanos, ao passo que os arruaceiros, por estrutura, condições materiais ou pela estética, não estavam aptos a consumir em seus bares – além do mais, estavam na rua, não entrariam nos bares e estariam fazendo outro rolê que fazia barulho e incomodava seus consumidores. Entretanto, os empresários e moradores não tem a autorização jurídica para definir quem pode ou não ocupar a rua. Para isso, quem acaba entrando em cena é o poder público, por meio da prefeitura e da polícia, de modo a atender os pedidos dos proprietários. Algumas medidas foram adotadas com recorrência, como o fechamento parcial ou total do estacionamento ou a instalação de monitoramento e coibição policial. Algumas, inclusive, sendo ponderadas, como no caso da instalação permanente da presença da brigada militar no local requisitada pelos moradores e com o posicionamento contrário do secretário: apenas levaria

<sup>3</sup> Para dizê-lo recorreremos a um conjunto de reportagens jornalísticas que estarão disponíveis no apêndice do texto. Nelas são relatadas as disputas pelo local em que sempre são apresentados os moradores e os empresários, enquanto grupo, e os arruaceiros, sem cara e sem nome.

a disputa para outro lugar e não resolveria o problema que podemos entender, é estrutural e tem a moral como base – a ética deve entender o que é possível dentro daquela composição. De todo modo, o que queremos dizer com esses fatos é que as disputas travadas pelas ruas da cidade sempre têm como pano de fundo a capacidade de consumo. Bauman (2008) nos lembra que a estigmatização dos grupos que passam a pertencer a uma subclasse decorre do individualismo e da privatização (não compreendida apenas como tornar privadas as instituições públicas, mas estendido às noções de sofrimento e de culpabilização). Estes indivíduos esquadrihados em um conjunto de categorias definem, de modo mais claro e direto, os que não estão aptos a serem bons consumidores. São considerados inúteis por não terem emprego<sup>4</sup> na sociedade ou serem considerados inaptos ao consumo.

O esvaziamento da rua não foi um movimento somente capitaneado pelos empresários locais, mas, paralelamente, por pressão, determinado por ações do poder público municipal. As mudanças nas condições locais se davam desde a presença ostensiva da polícia como meio de coação daqueles que estariam nas ruas. Chegavam ao ponto mais ínfimo, como a construção de uma feira que deslocaria a feira do agricultor da rua para uma praça programada para receber eventos efêmeros. Os ideais apontados sobre a liberação da rua para as pessoas guardavam uma perversa estratégia: as ruas devem ser esvaziadas de alguns e preenchidas por outros. Durante o dia o estacionamento é permitido, à noite, o estacionamento pode acontecer somente nas ruas periféricas e, o mais importante, privilegiam e protegem do outro aqueles que puderem pagar o estacionamento nos terrenos privados. Uma cruzada fora travada contra as lojas de conveniência que abasteciam os excluídos dos bares. A questão que se colocava era basicamente de tirar o povo da rua.

A polícia, esse tipo de exército das cidades, acaba não sendo o modo mais eficiente para a higienização social das ruas. Cabe aos interessados pela manutenção do estado das coisas buscar meios para contornar os conflitos por meio do discurso, uma sedução que vende possibilidades e, ao mesmo tempo, seda pelas promessas de promover uma almejada pacificação dos conflitos. Uma das primeiras experiências nesse sentido foi o movimento *Limpa Caxias*, que objetivava educar as pessoas sobre os prejuízos da poluição visual, principalmente no que se refere a imagem dos edifícios integrados ao patrimônio histórico da cidade. O movimento logo se tornou lei<sup>5</sup> (em 2012) e, a partir disso, foram definidos parâmetros para o tipo de comunicação visual permitido para os estabelecimentos do centro da cidade. O bairro de São Pelegrino também fez parte dessa paisagem a ser recuperada. De fato, a incidência da publicidade nas cidades acaba por definir marcas como signos que dominam o espaço urbano, todas as cidades ficam devidamente uniformizadas pela comunicação visual do consumo. Ao mesmo tempo, se observamos mais de perto as pulsões que reverberam nas moléculas das mudanças na paisagem, percebemos que os estabelecimentos, desnudados dos painéis publicitários, adquirem um ar mais solene e, também, menos popular. A higienização, como o próprio nome *Limpa Caxias* sugere, combate um tipo de publicidade com outro, mais sofisticada e elitizada; antes de uma negação, é uma afirmação.

A limpeza nos remete àquilo que Fernando Fuão (2019) vira sobre a ideia de limpeza e pureza sobre o Espírito Novo da arquitetura moderna. Se Le Corbusier teria divulgado o branco mediterrâneo como um argumento em favor da cor, ele também estava vinculado ao branco higiênico e limpo dos hospitais. Se, para o autor “o brilhante

passou a ser associado à limpeza” (FUÃO, 2019, p.59), poderíamos dizer o contrário? A limpeza pode ser associada ao brilho? Pois, acreditamos que sim. Como Fuão nos conta, o brilho é um atributo de desinfetantes e toda sorte de produto de limpeza que se destina a eliminar aquilo que deixa fosco. Quanto mais limpo, maior seria o gozo contemplativo diante da mercadoria. A expulsão dos letreiros publicitários tem consigo o signo da limpeza. E, devidamente higienizada, deve coibir as sujidades da rua, sejam elas a poluição visual e os lixos. Sejam elas, também, as pessoas que não estão aptas ao consumo dentro daqueles novos códigos instituídos, da postura *blasé* que acompanha esse tipo de bovarismo, que trata de fazer mais europeias as nossas cidades. Inclusive, uma das questões exaltadas pelos veículos de mídia, para além do barulho, é a sujeira deixada pelas ruas por aqueles que as praticam – pouco importa se há lixeiras ou não. A máquina de higiene, posta em prática, limpa não somente as fachadas e a rua, mas também opera a seleção das pessoas que sujam a rua e das que são bem-vindas. A imposição de novos códigos no espaço sempre deve levar em consideração a maneira que eles assujeitam aqueles que a eles serão submetidos.

Vemos que essas práticas se intensificaram ao longo dos últimos anos, como o projeto *Viva São Pelegrino*, que trata o bairro como uma centralidade (que o é) que deve ser dotada de equipamentos urbanos e de serviços aos moradores. Quando observamos atentamente já percebemos um recorte daqueles que estão sendo aceitos nesse território, define-se um cerco. Ao mesmo tempo, aquilo que não está dito é igualmente importante: permite entender que uma cidade deve prover serviços em todas as suas zonas. Esquece-se, com isso, que as áreas centrais da cidade receberam – e continuam recebendo – investimentos substanciais ao longo da história local. Além disso, morar no centro, em especial no valorizado entorno da Estação Férrea, é oneroso, fato que pode ser facilmente demonstrado na transformação urbana promovidas pela verticalização e pela especulação imobiliária, pelo padrão dos novos edifícios, sua disposição e até mesmo pelo tipo de serviço oferecido na região. Aqueles que moram afastados da área central, conforme o modelo ideal de cidade adotado, deveriam receber os mesmos equipamentos e serviços nas periferias. As duas coisas não acontecem, nem se equilibram os investimentos entre área central e periferia, nem se proporciona à periferia os mesmos equipamentos e condições do centro. Pior ainda, busca-se entender as centralidades como recintos cerrados aos que ali moram ou trabalham – e, nesse sentido, a noção de habitar não permite grandes eufemismos já que os que trabalham, em sua maioria, são impedidos de habitar esse lugar que não para o trabalho, para servir a outros. O que agrava a situação é que o direito de circular pela cidade acaba sendo restrito para os que habitam as periferias, aspecto que aprofunda as desigualdades sociais. Os trabalhadores abrem e fecham o centro da cidade, têm seu transitar restrito a essas funções e, se no ócio procuram o centro para o lazer, não são acolhidos pela cidade. Segue-se outro projeto que sugestivamente foi nomeado *Se essa rua fosse minha*. Chama a atenção a primeira pessoa do singular aplicado justamente em programas que buscam falar da cidade: dos desejos de coletividade e do espaço de troca que ela poderia promover. A rua, antes de tudo, é um espaço público. Não pode ser sua ou minha, mas pode ser nossa – mais, ainda, deveria ser de todos.

As práticas aqui citadas se amarram com aquilo que Bauman (2008) chama de comodificação. Por meio dela, a mercadoria passa a ser determinante para classificar todos os membros da sociedade. Isso não seria novidade, já que Karl Marx (1818 – 1883) estudou largamente o processo de reificação. Entretanto, a questão atualizada por Bauman nos coloca diante do óbvio: que só pode estar no mercado<sup>6</sup> aquilo que

4 Para Bauman (2008), a noção de o útil e o inútil estão relacionados a um tipo de serventia, uma utilidade que possa ser reconvertida em lucro. A única coisa que parece interessar à sociedade pós-industrial, para ele, é a capacidade de consumir e de ser mercadoria através do consumo.

5 Segundo a lei complementar nº 412, de 12 de junho de 2012.

6 Deixar as coisas nas mãos do mercado é tão eficaz que a primeira vez em que as crianças foram percebidas pela sociedade moderna para além de contingente em formação para o trabalho, foi como



for mercadoria. E a mercadoria não se restringe aos produtos: o que nos interessa na discussão do autor é que na sociedade de consumidores, eles próprios são produtos. As pessoas passam a ser produtos à medida que esta passa a ser a única forma de convívio na sociedade. Assim, para além de uma *dita experiência* como mercadoria, os estabelecimentos acabam por definir também as mercadorias que irão compor com aquilo que oferecem. Isso passa tanto por questões de comportamento e estética – aquele que parece estar apto para ser bem recebido no estabelecimento – como, principalmente, por questões estruturais: aquele que pode ser recebido por estar apto a pagar pelos serviços estabelecidos.

Dá-se assim a seleção dos bons e dos maus consumidores que, para além da disposição monetária, devem respeitar a uma certa estética, aquilo que Bauman (2008) chama de *kits* identitários – um perpétuo aperfeiçoamento das identidades que as pessoas se esmeram em compor para vender uma identidade – é determinada por uma questão estética que esconde a ética contida na palavra. Logo que selecionados e devidamente catalogados os usuários, acontece a exclusão, o expurgo dos maus consumidores. A exclusão está determinada, sobretudo, pela micropolítica do desejo, na qual os microfascismos proliferam de modo a exercer a opressão por meio da aceitação da opinião. Se o fascismo instituído pelo Estado depende de uma máquina estatal que age formalmente na lógica da opressão, o microfascismo atua na aceitação pública daquilo que pode pertencer ao conjunto dos bons princípios. O microfascismo na disputa pelo entorno da Estação Férrea se dá no âmbito da promoção da segurança pública. Como todo pai, chefe, professor ou juiz possui um rosto em comum, nos dizem Deleuze e Guattari (2012b), também assim é o rosto da segurança. No caso, especificamente determinado pelo rosto do policial: a sua presença acaba representando o ambiente seguro para aqueles que não serão importunados pela repressão da polícia.

O rosto, para Deleuze e Guattari (2012b), faz parte do regime de significância, que diz respeito aos modelos ideais que definem os papéis sociais de cada indivíduo na sociedade. Logo, nesse contexto, também nos fala do rosto daquele que é bem recebido nesse mesmo lugar. A questão não se resume somente ao rosto, mas também à subjetivação do contexto. A subjetivação promove um regime a partir do qual o indivíduo passa a pautar seu pensamento sobre aquilo que sua própria discussão interna promove, de acordo com a identidade que ele assume. Dessa maneira, o ponto de subjetivação muda de acordo com as instruções que o indivíduo recebe. Enquanto a significância, definida pelo rosto, opera por meio da uniformização, a subjetivação opera no nível da individuação (individual ou coletiva). Logo, a partir do momento em que o indivíduo se sente pertencente ao grupo eleito para poder aproveitar da Estação Férrea, ele passa a moldar seu modo de pensar para se enquadrar no grupo. Grupo eleito poderia ser facilmente vinculado a povo eleito, como almejava o fascismo italiano – não mais um povo, mas um grupo, um indivíduo, é a micropolítica reativa que atua no fundo de ambos.

A máquina da segurança, entendida como dispositivo pacificador da disputa, atua sobre aqueles que se entendem pertencentes e aqueles que entendem que estão sendo vistos como intrusos. Entretanto, é importante lembrar que as máquinas instituem riscos tanto no nível molar, quanto no molecular. Significância e subjetivação formam um quadro a partir do qual podemos entender os fluxos que compõem a tela e suas perfurações, a formação política e social dos rostos. Enquanto a significância determina um ideal estável, a subjetivação permite transformações de acordo com o ponto do qual ocorre a enunciação, de acordo com os afetos que esse indivíduo sobrecodificado pela subjetivação do molar alcança (Deleuze; Guattari, 2012c; 2012d).

---

consumidores. Os direitos legais são precedidos pela condição de consumidor (BAUMAN, 2008, p.84).

Em outras palavras, se a pessoa se entende como uma boa frequentadora da Estação Férrea, ela assume esse rosto e, a partir dele, passa a compactuar com os modos de ver e compreender o espaço (e de situar nele), desde esse ponto de enunciação, que falam em erradicar os maus frequentadores do local.

As medidas narradas nos mergulham na dimensão molecular, aquela na qual as pulsões atravessam os campos macropolíticos a se compõem num agenciamento maquínico que é movido pelos fluxos da micropolítica. Deleuze e Guattari (2012c) entendem que o nível macropolítico, nas sociedades modernas, é determinado pelas segmentaridades duras, aquelas que atuam por seleções binárias ou circulares. Na primeira delas, opera por máquinas duais, que determinam duas opções para cada dilema. Nela, inclusive as terceiras classificações, aquelas que não se situam num ponto ou no outro do segmento, são um transporte do dual – um terceiro elemento transcendental (como diria Guattari, 1981). Já a segmentaridade circular atua desde um mesmo centro de significância que define graus de proximidade do modelo ideal, do macro-rosto do qual são significadas todas as coisas. A maneira como esses regimes atuam na esfera macropolítica é está agenciada aos fluxos que percorrem a micropolítica: são fluxos de *quanta*, não numeráveis, que movimentam o desejo em favor de desterritorializações, mutações e suas precipitações e que não necessariamente podem constituir territórios onde a vida floresça.

A máquina da segurança pública, quando acionada nas disputas pelo entorno da Estação Férrea, também oferece os perigos. Deleuze e Guattari (2012b; 2012c) nos dizem que a significância, entendida, aqui, como uma das condições para o funcionamento de uma micropolítica, determina rostos de aliados e inimigos, do bem e do mau. Em contrapartida, a micropolítica determinaria os pontos de subjetivação, segmentos de pensamento mais maleáveis que dependerão do ponto de enunciação de cada um deles. Ambos atuam em conjunto, a questão é que ambos comportam perigos. Na micropolítica, institui-se o medo de perder e, por isso, faz com que nossos segmentos se endureçam – queiramos mais segurança e mais controle. Já, quando reduzimos ao molecular, regido pela subjetivação, o perigo que corremos é o da clareza, das certezas que permitem cristalizar os microfascismos, que dependem do dever de corresponder às expectativas que a identidade assumida impõe. Mas esses regimes não são estranhos um ao outro, muito mais do que isso, compõem-se. Deleuze e Guattari (2012c, p.120): “Quanto mais os conjuntos devem molares, mais os elementos e suas relações tornam-se moleculares: o homem molecular para uma humanidade molar”. E é daqui que devém o microfascismo, quando o modo de agir e pensar é sobrecodificado pelos pequenos medos, o medo do outro, o medo do diferente, o medo do estrangeiro.

As mudanças da sociedade são rápidas, principalmente a dos dispositivos de captura do capitalismo mundial integrado. Como nos lembra De Certeau (2012), o urbanismo permite uma cientificidade que exclui todos os detritos que podem perturbar sua eficácia, sua ordem interna. Rolezinhos, rapazes dando grau em suas motos, o cortagiros e o estampido dos carburadores, o paredão e a gira ocupando a rua são detritos indesejados a esse organismo purificado da cidade. São fluxos nômades que se colocam contra o Estado edificado em seus estabelecimentos sofisticados e exclusivos. As fórmulas prontas da arquitetura e do urbanismo entendidos como ciência ignoram que elas só podem funcionar dentro de um tubo de ensaio, mas o que é um tubo de ensaio dentro do intestino de um animal?

---

7 Em Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia 2, Deleuze e Guattari questionam, sobre a codificação da população que constitui um estrato, “a que vive num tubo de ensaio, numa poça d’água ou num intestino de um mamífero” (DELEUZE; GUATTARI, 2012a, p.87). Por meio dela buscamos expressar que o urbanismo, a arquitetura ou o planejamento se valem de fórmulas prontas que abordam problemas, sempre, muito

Cabe-nos explorar como a racionalidade segregatória se desenvolveu ao longo da história de Caxias do Sul. O que a construção desse território esconde sob a terra? Ao longo dos anos 2000 foram vários os conflitos travados em razão do direito de usar a cidade. No entanto, a disputa do território não é algo recente. Sugerimos um eterno retorno, uma repetição dos mesmos conflitos sob outros figurinos. Nossa investigação parte do pressuposto que as máscaras utilizadas para encobrir o rosto de São Pelegrino e do entorno da Estação Férrea são constituidoras do território que ali se forma e dos fluxos nômades que tentam destruir o Estado ali edificado na forma de sua normatização e exclusão. A repetição, para Deleuze (2018, pp. 36-37) “é verdadeiramente o que se disfarça ao se constituir, o que só se constitui ao se disfarçar. Ela não está sob as máscaras, mas se forma de uma máscara para a outra, como de um ponto notável a outro, de um instante privilegiado a outro, com e nas variantes. As máscaras nada recobrem, a não ser outras máscaras”. Os movimentos repetem os mesmos, o que disfarça também é disfarçado. Que disfarces se repetem e constituem a realidade de São Pelegrino? Com quantos paus se faz uma colônia?

### Os esquecidos

A imigração italiana na Serra Gaúcha teve início a partir das suas três primeiras colônias de Conde d’Eu<sup>8</sup>, Dona Isabel<sup>9</sup> e “a colônia situada aos fundos de Nova Palmira”<sup>10</sup> conta sobre uma penosa construção de um novo mundo italiano no lado de cá do Atlântico, onde nada existia antes. A história de Caxias do Sul se mescla com a do Campo dos Bugres, clareira aberta em meio às matas subtropicais onde hoje se localiza o bairro de São Pelegrino. Campo dos Bugres, antes devesse ter se chamado campo dos bugreiros, dado ao apagamento dos caingangues que povoavam essa região do Rio Grande do Sul antes do genocídio encomendado pelo Estado brasileiro imposto aos povos indígenas para esvaziar a Serra Gaúcha e facilitar a ocupação dos imigrantes italianos. Os italianos constituíram o último grande fluxo migratório desde a Europa para o Rio Grande do Sul. O Estado brasileiro acabou por assumir a empresa imigratória de modo a fazer boa propaganda do país no exterior, atrair colonos, subsidiar os agentes privados<sup>11</sup> e arcar com as despesas da viagem. Os donatários do Sul do estado e dos Campos de Cima da Serra não se interessaram pelas terras da serra, sequer sendo requisitadas pelos herdeiros das sesmarias. Tornando-se terras devolutas, o Estado passou a empreender a deficitária tarefa de povoá-las.

Desde a invasão dos primeiros europeus neste solo que, para uns, passou a se chamar América, as estratégias de dominação eram determinadas por técnicas de envolvimento e de aniquilação, de modo que a guerra era imposta àqueles que não se submetiam, usando as lanças daqueles que já haviam sido rendidos. Silvio Coelho dos Santos (1978) nos fala que com a chegada da família real portuguesa no Brasil, prontamente foi redigida a Carta Régia de 5 de novembro de 1808, que declarava guerra aos índios do Sul, solicitava os serviços dos Milicianos de Curitiba e do resto da Capitania de São Paulo para que perseguissem os indígenas para que devolvessem a ordem do Estado aquelas terras. Dom João IV, em tom de ameaça, oferece uma única alternativa aos indígenas não subordinados a seu comando: aldear-se sob sua autoridade e se

singulares e diferentes entre si.

8 Desde 1900 o município de Garibaldi.

9 Desde 1890 o município de Bento Gonçalves.

10 Desde 1910 o município de Caxias do Sul e emancipada em 1890 – as demais colônias tinham nome definido no Aviso Imperial de 10.02.1870, enquanto a que daria origem à Caxias ainda não tinha (GIRON, 2017).

11 O governo brasileiro assumia o ônus que garantia o lucro das empresas de imigração nacionais e estrangeiras (GIRON, 2017).

sujeitarem às suas leis. Oficialmente, fica declarada a guerra aos indígenas que não aceitarem os mandos do Império e seu modo de gestão do território.

Santos (1978) explica que a região Sul do Brasil passou a ser interesse de empresas europeias que procuravam terras para seus conterrâneos a partir do século XIX. A guerra aos indígenas não submissos era uma parceria público-privada: empresas interessadas nos negócios de colonização e os governos provinciais uniam esforços na formação de grupos civis de extermínio que ficaram conhecidos como “tropa de bugreiros”. Bugreiros porque aos olhos dos europeus, todos os indígenas do Sul eram homogeneizados pela classificação *bugre*<sup>12</sup>. Os atos violentos fizeram com que a prática dos bugreiros, para muitos, fosse adotada enquanto profissão. A ação das tropas de extermínio foi tão frequente e eficaz que alguns indígenas tentaram aproximações submissas. A aniquilação, porém, ocorreu por outros caminhos como as doenças dos brancos que se tornaram mais graves ainda dada às mudanças radicais na alimentação. Mesmo após as críticas oriundas das denúncias sobre as práticas de aniquilação adotadas pelos bugreiros no Sul do país, tendo como resposta da fundação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, a sociedade nacional ainda não é capaz de estabelecer uma relação minimamente justa com os povos originários.

A ação dos bugreiros, além de autorizada pelos governos das províncias e pelas empresas colonizadoras, era também impulsionada pela opinião pública por meio de relatos que construíram uma história oficial. A historiadora Soraia Dornelles (2011) traz à luz essa questão, dado, por exemplo, o título emblemático de uma obra publicada, em 1929, pelo padre alemão Matias José Gansweidt intitulada *As Vítimas do Bugre*. A obra cumpre o papel de estigmatizar os assaltos às fazendas de modo a produzir um bugre: indivíduo selvagem, de maldade intrínseca, assassino. Se voltarmos um pouco na escrita e percebermos que, nas disputas pelo entorno da Estação Férrea, os não-consumidores são simplesmente narrados pelos seus dessemelhantes como marginais que devem ser expurgados, entendemos que não é uma prática tão nova – pior que isso, já se fez tradicional.

É importante notar que Silvio dos Santos (1978) nos lembra que os assaltos cometidos pelos xoclenques, que ocupavam territórios da encosta do planalto ao litoral desde Porto Alegre até Paranoá, aos brancos foram motivados pela fome. Os territórios que ocupavam foram dos primeiros a serem tomados e, com isso, seus modos de vida e subsistência foram destruídos. A redução do território acaba por ser também a redução das fontes de alimento. Podemos entender, portanto, que a história oficial leva em consideração os assaltos, um fato em si, sem levar em consideração o conjunto de agenciamentos que levavam essas populações à escassez.

Dornelles (2011) nos lembra que os “bugres” foram fabricados. A obra de Gansweidt coloca os imigrantes como vítimas, de modo que isso alimenta a imagem criada para os indígenas. Sobre a alcunha de bugres, são desfeitas todas as singularidades de caingangues, xoclenques e guaranis. O termo era utilizado para se referir a quaisquer povos originários que não tivessem sido domesticados e passassem a viver sob a tutela do Estado brasileiro, conforme suas leis. O exemplo ficaria mais claro se tentássemos imaginar o contrário: imigrantes alemães, italianos, poloneses, espanhóis e portugueses sendo todos homogeneizados sob a mesma classificação – a questão

12 Cabe lembrar que o termo bugre para designar os indígenas é pejorativo. O termo é derivado de *bulgârus*, termo empregado na época de sua popularização para definir indivíduos não cristãos na Europa medieval, no caso os búlgaros, que eram considerados heréticos pela Igreja Ortodoxa Grega. No Brasil o termo foi empregado para definir os indígenas ao classifica-los por “incultos”, “selváticos”, “incivilizados”, “pagões” e outros termos relacionados aos seus costumes diversos a cultura ocidental européia (DORNELLES, 2011).





Figura 3 - Mapa do Centro de Caxias do Sul demonstrando a extensão do traçado à Oeste, em direção à estrada do Visconde de Rio Branco e, a Sul, vemos a locação da Estação Ferroviária junto aos lotes "L" e "M", em amarelo. Em vermelho, a centralidade da sede. (1926). Fonte: Arquivo Municipal João Spadari Adami.

se torna ainda mais absurda quando percebemos que os imigrantes europeus aqui chegados eram distinguidos, inclusive, desde suas regiões de origem.

A produção de bugres, tal qual a produção de baderneiros e arruaceiros sempre visa criar um outro que se deve combater. Entretanto, esse outro nunca é convidado a dar sua versão da conversa, ele é apenas descrito. É reificado como seu antagonico e assim afirma a sanha identitária do opressor. Após o extermínio dos caingangues que moravam na clareira da Serra Gaúcha o caminho ficou livre para os imigrantes que construíram sua cidade sobre os espólios dessa guerra da qual não participaram. Ao não reconhecer seus antecessores no território como o outro, a rivalidade dos colonos se estendeu aos que haviam chegado antes, como as autoridades da província ou os demais europeus (na maioria) e seus descendentes que já habitavam as proximidades da colônia.

### Espólios de uma guerra invisível

As informações sobre o que antecede a fundação das colônias da Serra Gaúcha são escassas. Entretanto, a história oficial da epopeia italiana é dourada pelo heroísmo, tratando os recém-chegados como bravos exploradores que transformaram a natureza selvagem em civilização. Os primeiros relatos sobre o lugar onde se estabeleceu a cidade de Caxias do Sul dão conta de um campo aberto em meio à mata na Serra que chamou a atenção de Antônio Machado de Souza. Saído de Montenegro, Antônio Machado realizou uma expedição na qual encontrou caminho até o atual município de São Francisco de Paula. Entre os pontos de chegada e partida, Antônio Machado encontrou vestígios da passagem de índios pela mata que desbravava e, dias depois, uma enorme clareira. Nos Campos de Cima da Serra os exploradores buscaram mantimentos e pouso. Lá ouviram rumores de que o espaço que encontraram era de fato ocupado pelos indígenas (ADAMI, 1971).

O local encontrado por Antônio Machado de Souza ficou conhecido como Campo dos Bugres e se tornou um dos nomes associados à Caxias do Sul. Estudos realizados na década de 1960 em colaboração entre o Instituto Anchieta de Pesquisas (São Leopoldo), Universidade de Caxias do Sul e o Departamento Municipal de Turismo, na época coordenado por Hermes João Webber, encontraram evidências concretas da presença indígena em Caxias do Sul. Entre as descobertas, traçou-se a localização da clareira que marcava o sítio. A clareira se localizava no que hoje é o bairro São Pelegrino, à proximidade da Rua Feijó Júnior e da Praça da Bandeira (GARDELÍN; COSTA, 1993) – justamente a parte do bairro loteada ao longo do processo de instalação da Estação Férrea.

Após a ocupação do território por parte dos imigrantes, diversos confrontos se deram entre os recém-chegados e as instituições da província. Aos imigrantes incomodava o fato de os superintendentes serem nomeados pelo presidente da província e não por eles próprios. Queixavam-se de descaso por parte das instituições brasileiras e queria ter mais autonomia em relação à capital. Para assentar os colonos na Serra Gaúcha o governo da província encomendou os serviços de Luiz Antônio Feijó Júnior, em 1870 ainda. O colonizador recebeu terras como pagamento e construiu sua própria colônia privada, que se transformou no atual município de Farroupilha. A sede da colônia italiana se alocou, inicialmente, na primeira légua da colônia, em Nova Milano. A localização era propícia já que distribuía os colonos para as três colônias oficialmente denominadas. O entreposto em Nova Milano era o primeiro ponto de distribuição dos colonos em direção às terras que lhes foram destinadas (GARDELIN; COSTA, 1993).

Feijó Júnior, recebeu como pagamento por seus serviços terras nos arredores da colônia. Nascimento (2009) conta que o latifundiário se tornou proprietário de uma sesmaria ao Norte das 1ª e da 2ª léguas e a Oeste da 5ª légua, próximo de onde se encontrava o Campo dos Bugres. O colonizador solicitou ao governo da província que transferisse a sede para o local argumentando que por já existir a clareira aberta na mata e dada a presença de diversos córregos o local facilitaria a instalação dos colonos. A solicitação de Feijó Júnior foi atendida e a Sede Dante foi alocada na 5ª Légua, em terreno entre os travessões Santa Thereza e Solferino e constituída de seis lotes coloniais.

A partir desse deslocamento na sede da Colônia de Caxias, a sede é planejada conforme a Lei das Índias e se instituem as primeiras quadras da cidade que hoje representam o Centro. A primeira expansão do centro se deu em direção ao que hoje é o bairro São Pelegrino. A história de Caxias do Sul por vezes se assemelha a um grande Quatrilho<sup>13</sup>: o enredo se desenvolve sobre os temas da terra e dos casamentos. As questões, obviamente, são estruturais já que as mulheres apenas podiam ter acesso às terras por seus maridos (GIRON, 2017). Assim, as relações fundiárias eram bastante determinadas pelos casamentos, conforme o caso do loteamento do bairro São Pelegrino. A vila já tivera sua expansão do traçado em direção ao Leste antes ainda do final do século XIX. Entretanto, a Oeste a área onde estava o Campo dos Bugres já era visada para expansão da sede. Um logradouro público, pertencente ao governo da província e que se localizava entre a estrada Visconde de Rio Branco e a sede, já era de interesse tanto dos imigrantes quanto do poder público local.

Esse logradouro (figura 3) público é citado por Maria Abel Machado (2001) como alvo da intendência municipal. A área pertencente ao governo da província foi solicitada

<sup>13</sup> Referência à obra de José Clemente Pozenato publicada em 1985, transformada em filme em 1995. O enredo da obra gira em torno de dois casamentos, uma sociedade para aquisição de terras e a troca dos casais.



Figura 4 - Vista desde a rua Coronel Flores em direção à Estação Férrea (1942).  
Fonte: Arquivo Municipal João Spadari Adami.



pelo intendente José Domingos de Almeida em 1884. A intenção do intendente era preservar a mata local e impedir que a subdivisão e urbanização da área caísse em mãos de particulares. A autora apresenta um trecho transcrito dos ofícios de número treze (25 de outubro de 1895) e quinze (15 de maio de 1895) onde Domingos de Almeida demonstra preocupação com “concessões criminosas e abusivas medições” (MACHADO, 2001, p. 129) que teriam reduzido a área do logradouro público que fazia limite à Sede da colônia. O mesmo trecho demonstra o interesse do intendente em preservar as matas e impedir que o beneficiamento da área fosse entregue a particulares.

Fato é que a área foi cedida em 1897, já na intendência de José Cândido de Campos Júnior. O interesse do novo intendente, afinado com a aristocracia local, consistia no loteamento da área. A área loteada prolongaria as ruas para Oeste e criaria mais quatro ruas: Marechal Floriano, Moreira César, Coronel Flores e Feijó Júnior. O ato número 10, do dia 31 de julho de 1897, além de dispor a configuração e nomeação das ruas, define também a criação de duas praças, a Campo dos Bugres (hoje praça da Bandeira) e a 11 de março (hoje Largo João Pessoa). O nome da primeira praça faz menção ao nome originário do local onde Caxias se estabeleceu, enquanto o da segunda faz menção à data da visita do governador da província (Júlio de Castilhos) em 1897 (MACHADO, 2001).

A visita do governador da província, ainda em março de 1897, teve intrínseca ligação com a chegada do trem à Caxias do Sul. Gardelín (1998) descreve que em discurso, no qual o governador teria cunhado o título “Pérola das Colônias”, prometeu-se a conexão da colônia com a capital por meio dos trilhos. Após a visita de Júlio de Castilhos, a rua Granda, recebe o nome do governador em sua homenagem. Esse fato se conecta com as informações de Maria Abel Machado (2001) e a determinação do nome da praça do entroncamento entre as ruas Feijó Júnior e Júlio de Castilhos. A visita do governador, iniciada no dia 11 de março de 1897, teria dado o nome a praça segundo

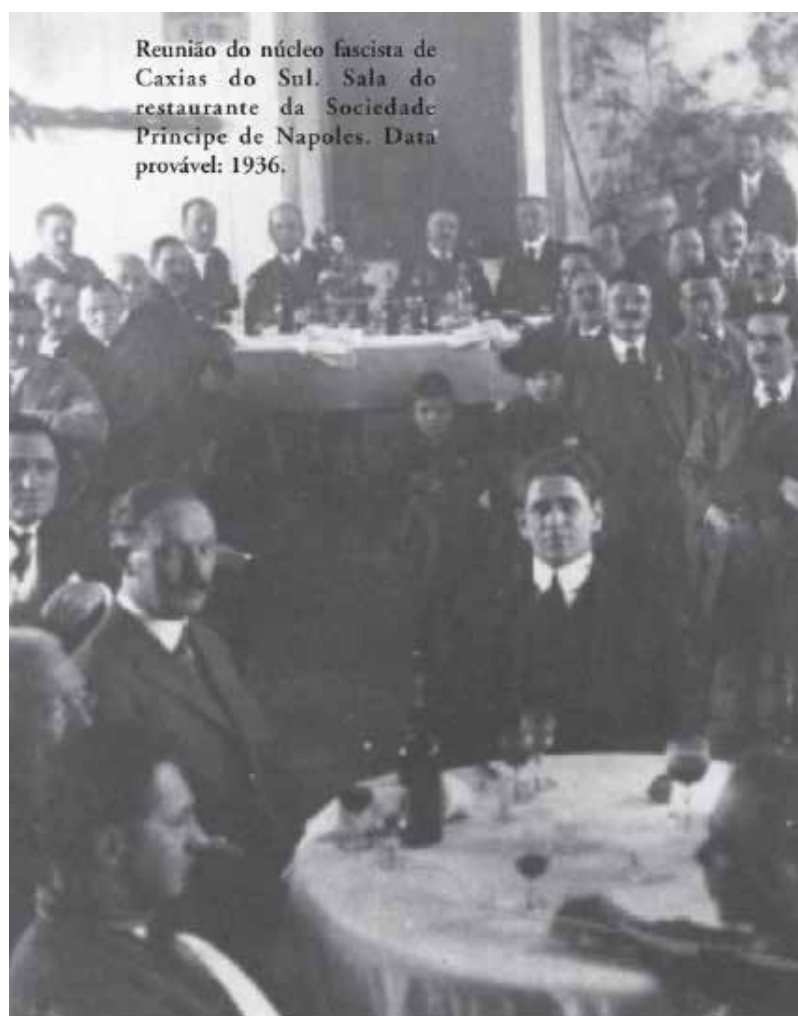
o artigo seis decretado no ato de número 10, do dia 31 de julho do mesmo ano. Entre as resoluções da visita do presidente da província, definiu-se que a chegada do trem deveria se dar sobre as quadras “L” e “M” das terras cedidas ao município (figura 03). O arruamento e a expansão do traçado da sede já endereçavam a criação de solo valorizado e intensificaram a especulação imobiliária.

Os dados que constam no tombamento do Sítio Ferroviário contam que a concorrência para o prolongamento da estrada de ferro que ligava Porto Alegre a Novo Hamburgo ocorreu já no ano seguinte à promessa de Júlio de Castilhos. Em 1905 assinam contrato a *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil* (concessionária belga de quase todas as ferrovias do Rio Grande do Sul na época) e a Empresa Oppitz e Gomes para a construção do prolongamento da ferrovia. Os trilhos ainda tardariam alguns anos para escoar a produção industrial e os excedentes agrícolas da cidade, entretanto, antes da chegada do trem a colônia já atuava em nível regional e nacional na exportação de seus produtos. A produção industrial era voltada para o beneficiamento do excedente agrícola. A época coincide com a consolidação da Serra Gaúcha como região viticultora. Segundo Gardelín (1998), em 1890 o vinho da região já era exportado para São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A concentração de renda e o acúmulo de capital estavam diretamente relacionadas com as atividades do comércio. Os comerciantes locais, localizados nas vilas, arrecadavam os excedentes agrícolas e os produtos das propriedades rurais e vendiam nos arredores. A situação dos agricultores era de miséria, enquanto a ascensão social era determinada por atividades que escapavam à agricultura de subsistência e venda de excedentes. Dessa maneira, as condições de vida de agricultores e de comerciantes eram bastante diferentes e isso acabou se refletindo na formação da burguesia local de modo que as famílias que possuíam comércios acabaram por ter melhores condições materiais do que os colonos que trabalhavam a terra. Aliado a isso, as pequenas propriedades e as famílias numerosas obrigavam os jovens adultos a procurar outras terras em travessões mais distantes ou se dirigirem à cidade para procurar oportunidades de sustento. Assim, formava-se o contingente de mão-de-obra barata do qual a cidade se serviu para o seu desenvolvimento industrial – pelas indústrias das famílias detentoras das casas de comércio da região (GIRON, 2017).

A especulação imobiliária e a desigualdade social acabam sendo temas fortes do enredo que conta a formação do Bairro de São Pelegrino. A escolha do terreno onde se situaria a Estação Férrea, a opção por lotear o terreno e as condições excludentes para aquisição dos terrenos que, em pouco tempo, estariam à beira dos trilhos e, por isso, valorizariam ainda mais nos fala um pouco sobre os primeiros eventos que determinaram a formação do bairro (figura 04). Maria Abel Machado (2001) apresenta as condições para aquisição de lotes no recém loteado bairro: além da necessidade de quitar a dívida em um ano, por meio de dois pagamentos, era necessário que o comprador construísse nesse mesmo período uma casa de grandes dimensões para a época, o que obrigava que o proprietário tivesse condições materiais raras. Esse aspecto explicaria também a maneira como a divisão fundiária determinou a ocupação dos arredores da Estação férrea alocada em São Pelegrino: a capacidade de compra e cumprimento das exigências de construção na área fizeram da terra também uma mercadoria de especulação que foi endereçada a essa burguesia recém-formada. O panorama até aqui apresentado, que trata da ocupação do bairro, dá conta dos aspectos evolutivos da cidade. O próximo trecho do texto tratará, para além dos aspectos da ocupação urbanística, da maneira como a sociedade se desenvolveu, constituiu seus vínculos e travou suas disputas. O quadro sócio-cultural e econômico da cidade é outro dos aspectos caros a essa investigação, já que é também um dos estratos sobre o qual se funda o território hoje em disputa.





### Descarrilhamento

A formação da cidade e de seu povo foi constituída por eventos de insubordinação e revolta por parte dos imigrantes com relação ao governo da província. Os imigrantes recém-chegados, ainda no início da colonização, eram, na sua maioria, o excedente de mão-de-obra barata que não pode ser direcionado às fábricas italianas. Alguns por situação de miséria aceitaram a migração como alternativa esperançosa, outros, como no caso dos operários de Schio, foram obrigados a sair da Itália devido a uma greve – era isso ou a prisão. Ao mesmo tempo, alguns poucos que possuíam melhores condições vieram para em busca de ampliar seus ganhos. De modo geral, segundo Adami (1971), os imigrantes tiveram acesso ao estudo, possuíam instrução cultural e capacidades técnicas. Entretanto, a partir da segunda geração, a ausência de escolas e a condição de pobreza da maioria dos colonos alternou para o espectro oposto a caracterização das massas: analfabetos, pobres e sem alternativas de instrução cultural.

Quando os imigrantes chegaram na Serra Gaúcha, vinham de regiões diferentes e não se viam como pertencentes à mesma nação, já que a unificação da Itália a pouco se concretizara, em 1870. Viam-se, até então, mais como inimigos e diferentes do que como irmanados pela mesma pátria. A irmanação dos imigrantes acontece a partir da precarização das condições de vida na colônia e da falta de assistência das instituições. Entretanto, se analisamos os relatos apresentados por Loraine Giron (2017), percebemos que existem contradições que a própria autora explica. Os imigrantes mais afortunados sempre contribuiram com a pátria de onde vieram, assistiam tanto os seus parentes que ficaram como também o Estado. Entretanto, isso

não quer dizer que não existiam colonos submetidos a condições de miséria. A questão era que aqueles que moravam nas cidades e atuavam no comércio e na especulação imobiliária logo adquiriram capital. Em contrapartida, os comércios atuavam pela venda dos excedentes agrícolas e daquilo que os colonos beneficiavam para vender, de modo que situações de exploração eram recorrentes. Aqueles que moravam fora da cidade, em pequenas propriedades, acabavam por vender aquilo que produziam pelo valor que o comerciante estivesse disposto a pagar.

O resultado dessa equação foi a desigualdade social. Loraine Giron (2017) prossegue contando que alguns colonos adquiriram lotes afastados da sede e os venderam para levantar capital e tentar outra ocupação na cidade. Esse êxodo rural fazia com que aqueles que imigravam passavam a ser o excedente de mão-de-obra barata que a indústria precisava. A maneira como o trabalho se organizava socialmente rasurava as desigualdades existentes entre os grandes e pequenos burgueses. Os operários contratados pelas fábricas eram “conhecidos” ou parentes, de modo que poucas reivindicações e greves ocorriam e, quando realizadas, também eram imediatamente contornadas. Somente a partir da chegada de tanoeiros portugueses na cidade é que as relações de trabalho sofrem mudanças, mas que logo também seriam fagocitadas pelo Estado. Funda-se a União dos Tanoeiros (1929) e a União Operária (1931) que se transformaram em sindicatos de classe após o golpe operado por Getúlio Vargas. Outro aspecto que impulsionava os jovens para a cidade era o fato de que, se num primeiro momento as famílias grandes eram fundamentais para manutenção e cultivo das colônias, a medida que os filhos e filhas foram crescendo, a falta de espaço no lote para que pudessem construir sua própria vida acabava por empurrá-los em direção à cidade.

Lembramos que, para Guattari (1981), o desejo é reprimido sempre que alguém fala fora do sujeito: desde criança até o ingresso nas organizações sócio-políticas da sociedade. A maneira como a divisão social do trabalho operou na cidade e como se estabeleceram as relações entre seus habitantes (imigrantes italianos e não italianos) cria um agenciamento em que não é permitido a um descendente de imigrante se contrapor a um outro, afinal de contas o inimigo é o estrangeiro. Estranhamente, os estrangeiros aqui instalados passam a ter medo daqueles que antes estiveram aqui. Não é permitido falar fora do sujeito: obedientemente assumir o sujeito italianizado e não enunciar fora dessa segmentaridade rígida. Além do mais, o trabalho acaba sendo a máquina que unifica as massas, visto que é comum a todos.

Loraine Giron (2017) constatou que as lutas políticas se diferenciavam quando travadas no campo ou na cidade. No campo as questões mais importantes diziam respeito às cobranças de impostos das Comissões e Intendências, eram determinadas por questões de subsistência e de permanência na terra. Em contrapartida, as lutas travadas na cidade eram de cunho político e ideológico: os conflitos e as racionalidades trazidas da Itália permaneceram nos grupos formados (católicos, maçons e austríacos). Os austríacos, na verdade Trentinos, da região dos Alpes, tiveram uma atuação política menor por terem permanecido na área rural. Já os católicos e maçons ocuparam a área urbana e acabaram entrando em conflito por posições ideológicas contrárias. Os maçons se comunicavam com os fazendeiros dos Campos de Cima da Serra e se aproximaram do presidente da província, Júlio de Castilhos. Já os católicos viam os maçons como hereges, eram contrários à unificação da Itália e defendiam as posições papais. A disputa entre os grupos exigiu intervenção do governo estadual devido a atentados realizados contra as lideranças de ambos os grupos.

As posturas dos imigrantes eram muito diferentes entre si. Entretanto, há de se apontar que, enquanto alguns nutriam ódio de sua terra natal devido às injustiças sociais sofridas, outros entendiam como uma aventura em busca de riqueza até o retorno. Estes

últimos celebravam as datas comemorativas de sua antiga pátria nas associações e capelas. Os colonos nunca se organizaram politicamente ou por meio de associações, porém, os imigrantes que se fixaram nas cidades logo fundaram suas associações de mútuo-socorro. Enquanto os operários e pequenos burgueses buscavam nelas algum tipo de suporte como pensões e segurança social, aquelas dirigidas por membros da burguesia atuavam como clubes sociais – tal é o caso da Sociedade Príncipe de Nápoles, onde se reunia o núcleo fascista caxiense que atuou até o ano de 1938 (figura 05). Juntamente com a formação das associações, as sociedades italianas, inicia-se um outro movimento de recusa ao “brasileiro” com a instituição das escolas italianas. O consulado italiano no Brasil já incentivava desde o século XIX os comitês pró-pátria e, junto com eles, as escolas italianas. Os imigrantes enviavam seus filhos para essas escolas formadas por um único professor que ensinava as crianças em italiano. Mesmo com todo o incentivo, os recursos destinados para essas instituições, seja por parte do consulado italiano ou por parte dos imigrantes, não foram suficientes para que as escolas continuassem operando. Percebe-se uma forte resistência para com tudo aquilo que diz respeito ao Brasil por parte dos imigrantes que, às vezes, pareciam querer fundar uma pequena Itália.

A condição se coloca mais perigosa com a ascensão de Mussolini e do *fascio* na Itália. A partir da posse do ditador o regime imigratório muda na Itália: não haveriam mais imigrantes, mas sim “italianos no exterior” – um tipo de imigrante tutelado pelo governo italiano enviado para as diferentes colônias do mundo com o intuito de espalhar ideais e formar células fascistas na sociedade em que se instalarem (GIRON, 2017). Entretanto, diferentemente da atuação do fascismo na Itália, na colônia de Caxias do Sul a ação não era destinada para o povo, mas, antes, para a burguesia – “movimento dirigido pela elite intelectual para a elite econômica, o fascismo nunca procurou envolver os pequenos produtores” (GIRON, 2017, p.188). Enquanto a burguesia local se reunia nos seus clubes e acabavam inferindo diretamente na política local pela influência que tinham no poder, a massa da população alijada do convívio dos altos círculos da sociedade vagava conforme o fluxo das paixões despertadas pela propaganda fascista em Caxias do Sul.

A propaganda propagada pelas elites necessitava de alguns componentes para agenciar as paixões da população e promover afeição e aceitação de seus métodos e anseios fascistas<sup>14</sup>. Esses componentes eram a igreja, os jornais fascistas e a organização social do trabalho. A propaganda feita nos sermões das missas, nas páginas dos jornais e pela subserviência no trabalho foram determinantes para a construção de uma mentalidade fascista que, embora Loraine Giron (2017) ateste que não foi dominante, penetrou na subjetividade da população. A autora cita movimentos de repressão realizados pelos próprios concidadãos que criaram jornais rivais e campanhas nacionalistas (brasileiras) para combater as ideologias propagadas pelos fascistas. De todo modo, vemos que saímos de uma organização fascista para adentrar uma integralista. Aos integralistas locais o culto a Itália era antigo, distante e reacionário. A maior parte desse grupo era formado por jovens que queriam ingresso na política até então monopolizada pelo mesmo grupelho de comerciantes e industriários.

Medidas foram tomadas por habitantes de Caxias do Sul para impedir o avanço dos fascistas. Os sindicatos de operários eram coligados com o Partido Comunista e ainda existiam os movimentos nacionalistas que atuaram contra o avanço do fascismo na região. A fundação do jornal “A Época” repercutiu uma contraposição em relação aos jornais fascistas que circulavam na região. Antes mesmo do posicionamento do Estado Novo em relação ao Eixo, o jornal já denunciava o fascismo não mais dourado

pelos “italianos do exterior”. Entretanto, os movimentos sindicais de Caxias, no início do século XX, foram rapidamente absorvidos pelos sindicatos vinculados ao Estado. Perde-se com isso a base marxista de orientação dos sindicatos livres dos operários.

A situação só teria um desfecho derradeiro a partir da Segunda Guerra Mundial quando, após declarada guerra ao Eixo, os italianos foram declarados inimigos. Houve resistência dos membros do partido fascista em rever suas convicções: alguns se naturalizaram a contragosto, outros assumiram a discrição pública. São proibidos os jornais em italiano que promoviam o fascismo nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, bem como o idioma italiano. As medidas muito criticadas por parte dos estudiosos sobre o assunto poderiam e deveriam levar em consideração o quanto a resistência em adotar a língua e em assumir a identidade de emigrado, componente de um novo país, foi determinante para essa proibição. Antes de uma injustiça contra os imigrantes, uma medida contundente contra a propagação de uma célula cancerosa a se desenvolver na sociedade.

A modelação e produção de subjetividade que permite que o fascismo se expanda costuma ter alguns componentes recorrentes. Robert Paxton (2007) diria que o fascismo entende que existe um grupo social que é vítima e, ao mesmo tempo, superior – o que, ideologicamente, confere livre ação, ilimitada, contra seus inimigos internos e externos. Não existem individualidades sob o fascismo, sequer a sociedade pode ser reconhecida em classes ou receber influência desde o estrangeiro. A ordem interna, a unidade da comunidade, deve ser alcançada pela exclusão violenta de todo aquele que fere a sua pureza: a diferença deve ser eliminada. Purificado o povo, no fascismo ele se deifica: leis humana ou divina não lhe restringem em nada, contanto que o grupo interior assegure o controle do sistema político e social. A violência se torna bela quando se torna garantia do exercício da vontade do grupo eleito. E tudo isso deve ser unificado sob a figura de uma liderança que representa “o destino histórico do grupo” (PAXTON, 2007, p.360), cujos instintos são mais potentes do que qualquer tipo de razão. Diante da lista de Paxton, percebemos que existem alguns aspectos identificáveis na formação da cidade que transbordam o círculo restrito da burguesia. O culto à pureza da raça, o sentir-se vitimado e o fechamento dentro de uma unidade ideal aparecem na forma dos questionamentos aos intendententes que não eram imigrantes ou na fundação de escolas e associações italianas.

Mas, como os eventos do passado podem ser colocados em par com os do presente? O que persevera?

### Fim da linha

As disputas apresentadas no antes e no agora comportam dois tipos de sociedade. Bauman (2008) opõe a ideia de sociedade de produtores à de sociedade de consumidores. A primeira delas, própria do período anterior à Segunda Guerra Mundial, voltada à solidez. A sociedade do final do século XIX e do início do século XX tinha como premissa a conservação dos bens e prefere o investimento em objetos duráveis. Já a sociedade que se desenvolve após a Segunda Guerra e passa a operar num maior volume de consumo e opta pelo uso e descarte imediato dos seus objetos de consumo. Em outras palavras, substitui a caderneta de poupança pelo cartão de crédito.

A partir dos segmentos apresentados por Bauman (2008) podemos perceber que a cidade incorpora isso nos programas arquitetônicos que ocupam o bairro de São Pelegrino. No início do século a ocupação se dá, num primeiro momento por comércios que, em seguida, são substituídos por edifícios fabris. A indústria se torna, junto com os imóveis, o principal objeto de consumo das elites. Para além da questão do consumo

<sup>14</sup> Il Giornale dell'Agricoltore e Staffeta Riograndense.



em si, a ordenação das massas de trabalho aliadas com as estratégias panópticas de vigilância – não mais apenas o chefe, mas todos os “conhecidos” com quem se trabalha em seu grau de intimidade, conforme dito anteriormente – são os meios pelos quais a cidade acaba instituindo sua ordem. Entretanto, para além das questões dos programas arquitetônicos voltados à produção de mercadorias, o loteamento do entorno da Estação Férrea nasce excludente e exclusivo, inacessível a todos aqueles que não participaram das decisões, inclusive, da escolha do local da chegada do trem. Em contrapartida, o agora nos mostra um outro tipo de ocupação, desterritorializado, nos moldes do Capitalismo Mundial Integrado, em que as estruturas fabris foram rapidamente convertidas em espaços comerciais e de entretenimento. A rotatividade dos estabelecimentos é alta, abrem e fecham, recebem enxames de consumidores nos seus primeiros momentos e, após a novidade ter expirado, é rapidamente descartada. Afinal de contas, a regra do consumo é justamente a urgência do descarte, para que se possa consumir o novo. No entanto, são justamente os proprietários dos estabelecimentos que abrem e fecham que acabam determinando as regras de uso das ruas – com os proprietários dos imóveis que ocupam e os moradores locais. A questão que fica é que aquele que não está naquele território com o intuito de consumir nos estabelecimentos deve ser punido e, como nos lembra Bauman (2008), a punição passa a ser aplicada sempre às escuras, pela exclusão daquele que recusa as luzes do consumo. A privatização entra em cena a partir do momento em que o espaço público passa a ser regido por particulares e tem sua condição prejudicada pela terceirização do serviço de higiene social pela polícia. Ao passo que a exclusão promovida pelo Estado pode ser questionada, a exclusão que o mercado institui é naturalizada.

Para além desses aspectos, as próprias pessoas são transformadas em mercadorias. A partir da definição de público alvo dos estabelecimentos e da autoconstrução das identidades por parte das pessoas, o ambiente urbano expressa a transformação das pessoas em mercadoria. Os estabelecimentos de comércio e serviço não se restringem à sua comunicação visual devidamente composta, mas passam a se servir dos próprios consumidores como parte de sua identidade. Ao mesmo tempo, aqueles que não se encaixam nos padrões estéticos e materiais esperados para os estabelecimentos não são bem-vindos, sequer na rua que passa à frente. O consumo acaba sendo a regra que institui os indivíduos que estão aptos a participar da sociedade.

Embora o poder identifique segmentos rígidos (pobre, baderneiro, arruaceiro, vagabundo, etc.) para exercer a repressão, os movimentos que a ocasionam não aparecem somente nos segmentos rígidos da sociedade, mas nos fluxos de desejo desencadeados pela máquina de consumo. Poderíamos pensar que a questão do planejamento e da forma da arquitetura seria determinante para a ocupação da cidade. Porém, os arquitetos não definem o que será construído, apenas como será construído. Essa decisão está nas mãos do mercado. A cidade funcional morreu, tornou-se apenas um objeto retórico, um axioma do capitalismo que pode ser utilizado para o controle social. Os olhos da rua de Jane Jacobs (2009) sob a luz da axiomática capitalista se constituem no panóptico perfeito: uma máquina de seleção operada pelas próprias pessoas para identificar quem oferece risco de acordo com o que expressa. Os arquitetos acabam sendo os técnicos encarregados de dar forma a essa mercadoria. Definem os espaços, a iluminação, os setores, os agenciamentos de acesso dos consumidores e dos funcionários devidamente segregados e todo o comportamento possível. Fantasiam bares e restaurantes temáticos, devidamente especializados, uma pequena Disneylândia para adultos.

O microfascismo não atua somente no consumo, mas define o tipo de consumo (entendido aqui também como os diferentes comportamentos possíveis) que é autorizado. Os produtos oferecidos nos restaurantes e bares são exclusivos e com ares cosmopolitas. Bebidas artesanais, cozinha internacional, coquetelarias e todo tipo

de especialização que se prestam, sobretudo, a barrar aqueles que não estão aptos ao seu consumo. A micropolítica determinada pelo consumo no interior dos recintos transborda para as ruas e vê a diferença como uma ameaça. Não basta a história de apagamentos e de segregação que constitui o entorno da Estação Férrea e de Caxias do Sul. Não basta que tenha se esquecido que a clareira foi Caingangue que o trem não era um brinquedo da burguesia e que a rua é pública.

A máquina de guerra nômade está posta, não mais agenciamento homem-cavalo-arco<sup>15</sup>, mas o agenciamento gente-gira-rua, como um ritornelo insistente se lança contra as fortalezas embatocadas desse estado das coisas, de consumo. Ainda restam muitos estampidos de carburador de moto, muita gira em volta do paredão e muita baderna para que, na repetição dos que hoje reclamam o direito à rua, nas vozes de todos os outros esquecidos, esse ritual se repita. Se repita, até que um dia mude, até que se diferencie. Até que se faça da diferença uma potência afirmativa, que compreenda a multiplicidade como a condição para criação de novos territórios.

## Referências

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. 2 ed. Caxias do Sul, RS: Gráfica das Edições Paulinas, 1971.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2012.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquiosofrenia*. Vol. 2. São Paulo: Editora 34, 2012a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquiosofrenia*. Vol. 2. São Paulo: Editora 34, 2012b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquiosofrenia*. Vol. 3. São Paulo: Editora 34, 2012c.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquiosofrenia*. Vol. 4. São Paulo: Editora 34, 2012d.

<sup>15</sup> Deleuze e Guattari (2012d) entenderiam que a noção de agenciamento se dá pela capacidade de composição de partículas diferentes dentro de uma composição que as faça diferente daquilo que elas são. Para os autores é o contato com a diferença que as faz romper o limiar e estabelecer um novo plano de consistência de modo que possam criar algo novo que permita novos modos de estar no mundo. Os autores entendem a máquina de guerra nômade como um agenciamento entre homem, arco e cavalo que, combinados, se coloca contra o Estado e as cidades, de modo que sua função é restaurar o espaço liso, em contraposição ao estriado, dos limites impostos pelos poderes do plano de organização. Nesse sentido, o agenciamento gente-gira-rua se coloca, de maneira semelhante, como uma máquina de guerra nômade que se coloca contra o estriamento, a segmentarização do espaço e dos corpos, pelo direito de fazer da vida um ato de criação e de liberdade.

DORNELLES, Soraia Sales. *De Coroados a Kaingang: as experiências vividas pelos indígenas no contexto da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX*. Dissertação de mestrado. UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Programa de Pós-Graduação em História. 2011.

FUÃO, Fernando Freitas. *Desconjuro, os espectros da arquitetura moderna* In: *Desconjuro Moderno. Derrida: Espectralidades e Fantasmagoria na arquitetura e filosofia*. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

GARDELÍN, Mário. *Colônia Caxias: Primórdios*. Caxias do Sul, RS: Livros pouso Alto, 1998.

GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio Frei. *Colônia Caxias: origens*. Caxias do Sul, RS: Edições EST, 1993.

GIRON, Loraine Slomp. *As Sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2017.

GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. Trad. Suely Rolnik. São Paulo. Brasiliense, 1981.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. 2ª Edição – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul – 1875/1950*. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *O Homem Índio Sobrevivente do Sul: Antropologia Visual*. Editora Pallotti, Porto Alegre-RS, 1978.